



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DECISÃO CONSEPE/UFERSA Nº 014/2014, de 14 de maio de 2014.

Aprova programas gerais de disciplinas do
DACS.

O Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **5ª Reunião Ordinária de 2014**, em sessão realizada no dia 14 de maio,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico Nº 109/2014-DACS;

CONSIDERANDO o Art. 51, inciso V, do Regimento Geral da UFERSA;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar os seguintes programas gerais de disciplinas do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais – DACS: Direito Constitucional I; Direito das Relações de Consumo; Direitos Humanos Fundamentais; Direito Internacional Público; Direito Tributário; Introdução à Ciência do Direito I.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró-RN, 14 de maio de 2014.


José de Arimatea de Matos
Presidente

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
DIREITO	AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
ACS0912	DIREITO CONSTITUCIONAL I	3º PERÍODO
PROFESSOR		
RODRIGO DE ALMEIDA LEITE		

TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
00	00	04	04	04	60

PRÉ-REQUISITO
Ciência Política

OBJETIVOS

Propiciar ao aluno o conhecimento histórico do Direito Constitucional, introduzindo, no primeiro momento, a sua conceituação, assim como a evolução histórica e o pensamento jurídico e filosófico que tem orientado o Direito Constitucional através dos tempos. Em continuidade, serão apresentados os conteúdos sobre a aplicação e interpretação de normas constitucionais e o Poder Constituinte.

Incentivar o aluno a ter uma visão crítica sobre a efetivação da Constituição Brasileira, especialmente no tocante aos direitos e garantias fundamentais.

Apresentar o quadro dos direitos de nacionalidade e dos direitos políticos, bem como os casos de Intervenção Federal e Estadual.

EMENTA

Natureza, conceito, objeto. Constitucionalismo. Conceito e classificação das Constituições. Supremacia da Constituição. Aplicação das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Poder Constituinte. Constituições brasileiras. Dos princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Tutela constitucional das liberdades. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos. Da organização político-administrativa do Estado brasileiro. Intervenção Federal e Estadual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T.P
I	Natureza, conceito, objeto. Constitucionalismo. Conceito e classificação das Constituições. Poder Constituinte. Supremacia da Constituição. Aplicação das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Constitucionalização Simbólica.	15	05	20
	Constituições brasileiras. Dos princípios fundamentais.			

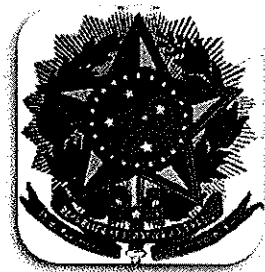
II	Direitos e garantias fundamentais. Tutela constitucional das liberdades. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos.	15	05	20
III	Intervenção Federal e Estadual. Casos, Simulados Envolvendo Direito Constitucional.	05	15	20
TOTAL		35	25	60

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Exposições dialogadas	Quadro branco	Provas individuais (subjetivas e/ou objetivas, incluso nesta última a possibilidade do sistema de questões objetivas “uma errada anula uma correta”).
Atividades individuais e em grupo	Projektor multimídia	
Seminários	TV e Vídeo	Trabalhos temáticos grupais (Seminários)
Pesquisa de campo (elaboração de artigos)	Textos	
	Internet	Avaliação Oral
		Casos simulados com a elaboração de petições e audiências simuladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo . 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
KRELL, Andréas J. Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha . Porto Alegre: SAFE, 2002.
NEVES, Marcelo. A Constitucionalização Simbólica . São Paulo: Martins Fontes, 2007.
SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). Direitos Fundamentais. Orçamento e “Reserva do Possível” . 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

APROVAÇÃO	
09/ Abril / 2014 DATA	DEPARTAMENTO Profª Drª Ludimilla Carvalho S. de Oliveira Chefe DACS/UFERSA Portaria 0174/2013, UFERSA/CAB SIAPE-178/1661 ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO.
5º R.O. 14/ 05 /2014. Nº DA REUNIÃO DATA	CONSEPE UFERSA Anara Luana Nunes Gomes Secretária dos Órgãos Colegiados Ass. da Secretaria do Conselho

MOSSORÓ-RN, 14 de maio de 2014.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROGRAMA GERAL DE DISCIPLINA

Identificação

Cursos que Atende	Departamento
DIREITO	DACS

Código	Denominação da Disciplina	Posição na Integralização
ACS0943	Direito das Relações de Consumo	9º Período

Professor

JOSÉ ALBENES BEZERRA JÚNIOR

Carga Horária Semanal				Nº de Créditos	Carga Horária Total
Teórica	Prática	Teórica-Prática	Total		
0	0	04	04	04	60

Pré-Requisito

Responsabilidade Civil

Objetivo

1. Proporcionar ao futuro profissional da área jurídica domínio dos princípios fundamentais e das normas que regem a matéria, para que saiba lidar com competência a respeito delas;
2. Possuir os meios necessários para reconhecimento, interpretação e aplicação dos princípios, das normas constitucionais e infraconstitucionais que apresentam maior relevo e alcance no dia-a-dia de um profissional, notadamente o conhecimento do regramento do Direito do consumidor;
3. Ter condições mínimas para resolução de problemas concretos, correlatos e que envolvam – em especial – análise crítica sobre as relações ao direito do consumidor;
4. Compreender a sistemática de proteção ao consumidor e seus desdobramentos diante dos dilemas contemporâneos.

Ementa

A disciplina jurídica da relação de consumo. Conceitos: consumidor, fornecedor. Direito do consumidor: fontes, instrumentos de proteção e defesa do consumidor. Órgãos ou entidades de proteção ao consumidor. O Ministério Público na defesa do consumidor. Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação de danos. Sanções administrativas e penais. Aspectos processuais da defesa do Consumidor. Ações coletivas na defesa e proteção do consumidor. As práticas comerciais e a proteção contratual.

Conteúdo Programático

Nº da Unidade	Unidade	Nº de Horas		
		T	P	T-P
I	<ul style="list-style-type: none"> - A disciplina jurídica da relação de consumo; - Conceitos: consumidor e fornecedor; - Direito do consumidor: fontes, instrumentos de proteção e defesa do consumidor; - Órgãos ou entidades de proteção ao consumidor; - O Ministério Público na defesa do consumidor; 			20
II	<ul style="list-style-type: none"> - Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação de danos; - Sanções administrativas e penais; - Aspectos processuais da defesa do Consumidor; 			20
III	<ul style="list-style-type: none"> - Ações coletivas na defesa e proteção do consumidor; - As práticas comerciais e a proteção contratual. 			20
Total parcial		-	-	60
Total				60

Metodologia Utilizada

Recursos Didáticos	Recursos Materiais	Instrumentos de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas; - Estudo de textos; - Técnica de trabalho em grupo; - Seminários; - Análise de casos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Data show. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao longo do semestre, serão realizadas três avaliações. O conteúdo das avaliações será acumulativo e de caráter individual, nos termos do art. 284, parágrafo 8º do Regimento Geral da UFERSA. - A prova de reposição, destinada aos alunos que perderam algumas das três atividades previstas também será com conteúdo acumulativo. - É expressamente proibido o uso de legislação e doutrina na realização das provas, salvo nas atividades passadas pelo Professor. - Outras atividades, também, serão desenvolvidas ao longo do semestre. Tanto de caráter prático como de caráter interdisciplinar. Essas atividades implicarão, além de conhecimento, em pontuação para os discentes.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Básica

1. BENJAMIM, Antonio Herman de Vasconcellos; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Claudia Lima. **Curso de Direito do Consumidor**. 5ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
2. NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor: Direito material e processual**. 3ed. São Paulo: Método, 2013.

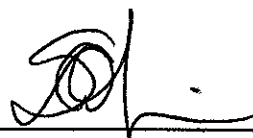
Complementar

1. CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2011.
2. MARQUES, Cláudia de Lima. **Contratos no Código de defesa do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
3. MARQUES, Claudia Lima (e outros). **Comentários ao Código de defesa do Consumidor**. 4ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Aprovação

DEPARTAMENTO


Profª Drª Ludimilla Carvalho S. de Oliveira
Chefe DACS/UFERSA
Portaria 0174/2013-UFERSA/GAB
SIAPE: 1701560



09, 04, 2014

Ass. do Chefe do Departamento

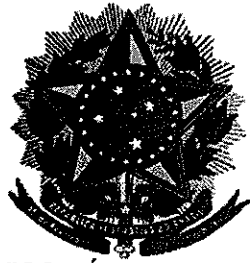
CONSEPE


Anara Luana Nunes Gomes
Secretária dos Órgãos Colegiados
Port. UFERSA/GAB Nº 0432/2008

5ª R. O.
Nº da Reunião

14 / 05 / 2014
Data

ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROGRAMA GERAL DE DISCIPLINA

Identificação

Cursos que Atende	Departamento
DIREITO	DACS

Código	Denominação da Disciplina	Posição na Integralização
ACS0957	DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	OPTATIVA

Professor
MÁRIO SÉRGIO FALCÃO MAIA

Carga Horária Semanal				Nº de Créditos	Carga Horária Total
Teórica	Prática	Teórica-Prática	Total		
20	20	20	60	04	60

Pré-Requisito
Direito Constitucional I

Objetivo

Analisar alguns dos mais importantes documentos jurídico-positivos de direitos humanos atentando especialmente para a sua contextualização histórica e para os conflitos retóricos decorrentes do uso desses documentos por parte dos juristas praticantes.

Ementa

Conceito, evolução histórica e classificação. Fundamentos dos Direitos Humanos. Os direitos humanos como princípios e como norma: no plano nacional e internacional; hierarquia e força vinculante. Declaração universal dos direitos humanos. Direitos Humanos e a Constituição de 1988. A problemática dos direitos sociais. O Fundamento dos direitos sociais e econômicos. Normativa internacional dos Tratados, Pactos e Convenções e sua eficácia. Proteção e tutela no sistema nacional e Internacional. Humanismo e Direitos Humanos. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado.

Conteúdo Programático

Nº da Unidade	Unidade	Nº de Horas		
		T	P	T-P
I	Introdução Aula 1: Apresentação do curso (metodologia, avaliação e sugestão de leituras)	20		20

	<p>– delimitação do objeto de estudo e justificativa.</p> <p>Aula 2: Teoria dos direitos humanos – iluminismo e direitos humanos; contratualistas, constituição e a modernidade dos DH; Constitucionalismo liberal: <i>habeas corpus act</i> e constituição norte americana; constitucionalismo liberal: a revolução francesa – a CF brasileira de 1988.</p> <p>Aula 3: constitucionalismo social: A questão social; socialismo X social; relação Constituição/Estado; México, Weimar, CF. 1934, CF 1988.</p> <p>Aula 4: Alguns aspectos polêmicos: A ONU e o cosmopolitismo (o estado natural dos Estados); Os sistemas regionais de proteção; O Bem-Estar dos países centrais e a difusão do discurso de direitos humanos; direitos humanos e direitos fundamentais (exposição de uma impossibilidade lógica); Estratégias concretas de superação do impasse (via reconhecimento constitucional, via cópia dos documentos internacionais no âmbito constitucional, via interpretação); crise nos países centrais e perspectivas futuras. Revisão – dúvidas sobre a lista de exercício</p> <p>Aula 5: Avaliação I.</p>			
II	<p>Aula 6: Análise de caso. Controle difuso de constitucionalidade. Direitos humanos e soberania estatal – estudo de documentos práticos na ADPF 153.</p> <p>Aula 7: Direitos sociais – estratégias de justiciabilidade (ADPF 4). Análise de Caso: Sistema regional – Interamericano – Caso Gilson. Caso alunos (1 grupo – 4,0 pontos)</p> <p>Aula 8: Análise de caso: depositário infiel – RE – voto Gilmar Mendes. Caso alunos (2 grupos – 4,0 pontos)</p> <p>Aula 9: Caso alunos (2 grupos – 4,0 pontos)</p> <p>Aula 10: Avaliação II.</p>		20	20

Conteúdo Programático – continuação				
III	Aula 11: Seminário Aula 12: Seminário Aula 13: Seminário Aula 14: Seminário Aula 15: Seminário	10	10	20
IV	Aula 16: Prova de reposição Aula 17: Prova final			
Total parcial		-	-	-
Total		60		

Metodologia Utilizada		
Recursos Didáticos	Recursos Materiais	Instrumentos de Avaliação
Aulas expositivas. Dialética. Seminários.	Quadro branco. Power Point.	Atividade dissertativa. Prática. Seminário.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Básica

1. MAIA, Mário Sérgio Falcão. LEITE, Rodrigo de Almeida. *Direitos Humanos em perspectiva: desafios nacionais e internacionais da justiciabilidade de direitos no âmbito teórico e dogmático*. Mossoró: EDUFERSA, 2013.
2. VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos Fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF*. São Paulo: Malheiros, 2006.
3. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Complementar

SORTO, Fredys Orlando. ; MAIA, Mário Sérgio Falcão. Cidadania, direitos sociais e indivisibilidade dos direitos humanos. In: CECATO, Maria Aurea Baroni; RUDIGER, Dorothee Susanne; LEAL, Monia Clarissa Henning. (Org.). *Trabalho, Constituição e Cidadania: reflexões a cerca do papel do constitucionalismo na ordem democrática*. 1 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009, v. , p. 97-108.

Aprovação DEPARTAMENTO

Profª Drª Ludimilla Carvalho S. de Oliveira
Chefe DACS/UFERSA
Portaria 0174/2013-UFERSA/GAB
SIAPE: 1781560



Ass. do Chefe do Departamento

CONSEPE

UFERSA
Luana Nunes Gomes
Secretaria dos Órgãos Colegiados
UFERSA/GAB Nº 0432/2008

09, 04, 2014
Data

5º R.O.
Nº da Reunião

14 / 05 / 2014
Data

ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO DIREITO	DEPARTAMENTO AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO ACS0944	DISCIPLINA DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO. 9º PERÍODO
PROFESSOR RODRIGO DE ALMEIDA LEITE		

TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
00	00	04	04	04	60
PRÉ-REQUISITO Direito Constitucional II					
OBJETIVOS					
1. Discutir os conceitos fundamentais do Direito Internacional Público (DIP). 2. Ensinar os principais elementos do direito internacional público. 3. Discutir a prática do direito internacional tanto no ordenamento interno dos Estados como no plano estritamente internacional.					

EMENTA	
Conceito, histórico e importância. Personalidade jurídica internacional: sujeitos de Direito Internacional Público. Fontes do Direito Internacional Público. Relações entre o Direito Internacional Público e Direito interno. Tratados Internacionais. Jurisdição dos Estados: soberania e igualdade dos Estados. Direito do mar. Meios de soluções dos litígios internacionais. Responsabilidade Internacional dos Estados. Proteção Internacional dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Pessoa Humana. O Direito de asilo. Órgãos do Estado nas Relações Internacionais. Organizações e Tribunais internacionais.	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	Teoria Geral do Direito Internacional Público. DIP e Direito Interno: Monismo e Dualismo. Sujeitos do DIP. Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais. Fontes do DIP. Tratados Internacionais.	15	05	20
II	Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Controle de Convencionalidade. Tribunais e Organizações Internacionais.	15	05	20

III	Solução Pacífica de Controvérsias. Responsabilidade Internacional. Direito de Asilo. Direito Ambiental Internacional. Direito do Mar.	5	15	20
TOTAL		35	25	60

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Exposições dialogadas	Quadro branco	Provas individuais (subjetivas e/ou objetivas, incluso neste último o sistema de questões objetivas "uma errada anula uma correta").
Atividades individuais e em grupo	Retroprojektor	
Visita técnica	Projektor multimídia	Trabalhos temáticos grupais ou individuais (Seminários)
Seminários	TV e Vídeo	
Pesquisa de campo (elaboração de artigos)	Textos	
	Internet	Artigo científico
		Avaliação Oral
		Júri Simulado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

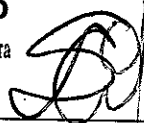
MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2013.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Salvador: JusPodium, 2013.

APROVAÇÃO

DEPARTAMENTO

Profª Drª Ludimilla Carvalho S. de Oliveira
 Chefe DACS/UFERSA
 Portaria 0174//2013-UFERSA/GAB
 SIAPE: 1781561



ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO.

CONSEPE

Anara Luana Nunes Gomes
 Secretária dos Órgãos Colegiados
 Port. UFERSA/GAB Nº 0432/2013



ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

09, Abril / 2014.

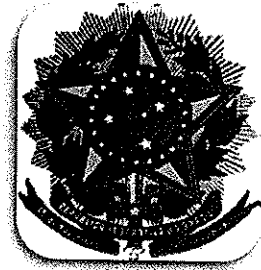
DATA

5ª RO. 14/05 /2014.

Nº DA REUNIÃO

DATA

MOSSORÓ-RN, 14 de maio de 2014.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

PROGRAMA GERAL DE DISCIPLINA

Identificação

Cursos que Atende	Departamento
DIREITO	DACS

Código	Denominação da Disciplina	Posição na Integralização
ACS0942	Direito Tributário	9º Período

Professora

JULIANNE HOLDER DA CÂMARA SILVA

Carga Horária Semanal				Nº de Créditos	Carga Horária Total
Teórica	Prática	Teórica-Prática	Total		
60	0	0	60	04	60

Pré-Requisito

Objetivo

1. Compreender o fenômeno da tributação como instrumento necessário a realização das necessidades coletivas do da sociedade; bem como perceber que a arrecadação de tributos vai além do mero abastecimentos dos cofres públicos, apresentando-se como instrumento eficaz como suporte ao Estado para determinar a conduta do contribuinte, de forma que essa conduta não seja lesiva para a coletividade.
2. Conhecer o sistema tributário nacional, conhecendo a natureza jurídica dos tributos, bem como sua classificação e espécies, quais sejam: impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições.
3. Entender os princípios constitucionais tributários, que são a essência desse ramo do direito, para enfim compreender que Tributação e Direito Tributário não são sinônimos, mas sim que aquele pré-existe a este, e que este surge da necessidade de limitação do poder de tributar do Estado.
4. Discernir as competências tributárias de cada ente da federação, bem como as imunidades genéricas e recíprocas – que também são limitações ao direito de tributar.
5. Compreender os elementos do tributo, conhecendo todos os aspectos do fato gerador; a obrigação tributária. Conhecerá, ainda, os tributos em espécie .
6. Compreenderá a constituição do crédito tributário, bem como sua suspensão, extinção e exclusão.

Ementa

O Estado e poder de tributar. O Direito Tributário: definição, objeto. Normas gerais de Direito Tributário. O tributo. Obrigação tributária. Fato gerador da obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Sistema tributário nacional: competência tributária; impostos federais, estaduais e municipais; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais. Ilícito tributário. Tributação no Mercosul.

Conteúdo Programático				
Nº da Unidade	Unidade	Nº de Horas		
		T	P	T-P
I	<p>1- INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO:</p> <p>1.1. Origem das limitações de tributar</p> <p>1.2. Tributação como instrumento da sociedade</p> <p>1.3. Fiscalidade e extrafiscalidade</p> <p>2 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL</p> <p>2.1 Conceito de Tributo. Natureza Jurídica</p> <p>2.2 Espécies de Tributo</p> <p>2.2.1 Impostos</p> <p>2.2.2 Taxas</p> <p>2.2.3 Contribuições de Melhoria</p> <p>2.2.4 Empréstimo Compulsório</p> <p>2.2.5 Contribuições especiais</p> <p>2.3 Classificação dos Tributos</p> <p>3 – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS</p> <p>3.1 Princípio da legalidade tributária</p> <p>3.2 Princípio da Anterioridade e princípio da nonagesimidade</p> <p>3.3 Princípio da Isonomia Tributária</p> <p>3.4 Princípio da Capacidade Contributiva</p> <p>3.5 Princípio da vedação de efeito confiscatório</p> <p>3.6 Demais princípio tributários constantes na Constituição Federal</p> <p>3.7 Princípios implícitos</p> <p>3.8 Princípio da Imunidade Recíproca</p> <p>3.9 Princípio da Imunidade Genérica</p>	20		
II	<p>4 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA</p> <p>4.1 Detalhamento da Competência pela Constituição</p> <p>4.2 Normas Constitucionais concessivas de competência</p> <p>4.3 Bitributação e <i>bis in idem</i></p> <p>4.4 Normas constitucionais negativas de competência – Imunidades</p> <p>4.4.1 Imunidades dos templos religiosos</p> <p>4.4.2 Imunidade cultural</p> <p>4.4.3 Imunidade recíproca</p> <p>4.4.4 Imunidade musical</p> <p>4.4.5 Imunidade dos partidos políticos e de entidades sociais</p> <p>4.9 Competências privativas, comuns e residuais</p> <p>5 – RELAÇÃO JURÍDICO- TRIBUTÁRIA</p> <p>5.1 A hipótese de incidência</p> <p>5.2 O fato gerador</p> <p>5.3 Obrigação Tributária</p> <p>5.3.1 Sujeitos ativo e passivo</p> <p>5.3.2 Objeto da obrigação tributária</p> <p>5.4 Domicílio Tributária</p> <p>5.5 Obrigações principais e obrigações acessórias</p>	20		

Conteúdo Programático – continuação

III	6 TRIBUTOS EM ESPÉCIE	20		
	7 CRÉDITO TRIBUTÁRIO 7.1 Conceito e Natureza Jurídica 7.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento 7.2.1 Modalidades de lançamento 7.3 Crédito Tributário e decadência 7.4 Crédito Tributário e prescrição 7.5 Suspensão do crédito tributário 7.6 Extinção do crédito tributário 7.7 Exclusão do crédito tributário 7.8 Garantias e privilégios do crédito tributário 8 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 8.1 Poderes 8.2 Deveres 8.3 Dívida ativa tributária			
Total parcial		60	-	-
Total		60		

Metodologia Utilizada

Recursos Didáticos	Recursos Materiais	Instrumentos de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas; • Estudo de textos; • Técnica de trabalho em grupo; • Seminários; • Análise de casos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Data show. 	<ul style="list-style-type: none"> - As avaliações serão constituídas do conteúdo de cada unidade e de caráter individual. - A nota final de cada unidade será obtida através da média dos trabalhos e avaliações individuais realizadas pelo aluno. - Nas avaliações individuais não será permitida a consulta a legislação e a doutrina.

Referências Bibliográficas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 23. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário – Para os cursos de administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2005.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. 2.ed. São Paulo: Método, 2008.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Código Tributário Nacional. Lei nº. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.

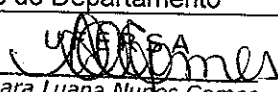
Aprovação
DEPARTAMENTO

Profª Drª Ludimilla Carvalho S. de Oliveira
Chefe DACSI/UFERSA
Portaria 0174/2013-UFERSA/GAB
SIAPE: 1761869



Ass. do Chefe do Departamento

CONSEPE


Anara Luana Nunes Gomes
Secretária dos Órgãos Colegiados
Port. UFERSA/GAB Nº 0422/2014

ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE

09, 04, 14

5ª R.O.

Nº da Reunião

14 / 05 / 2014

Data

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
DIREITO	AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO
ACS0900	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO I	1º PERÍODO
PROFESSOR		
RODRIGO DE ALMEIDA LEITE		

TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
00	00	04	04	04	60

PRÉ-REQUISITO

-

OBJETIVOS

1. Discutir os conceitos fundamentais da ciência do direito;
2. Iniciar o aluno no campo jurídico, com a conotação de justiça e direitos humanos;
3. Introduzir os principais conceitos introdutórios da ciência jurídica, através do aspecto teórico e de casos práticos.

EMENTA

Sociedade e Direito: normatividade social. O Direito como Ciência. As diversas concepções do Direito: Direito Natural, Direito Positivo, Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Ordenamento jurídico. A norma jurídica. Fontes do Direito. Relação jurídica. A aquisição do direito e o seu exercício. A extinção dos direitos. Os ramos principais do Direito. Hierarquia e constitucionalidade das leis. Direito Alternativo.

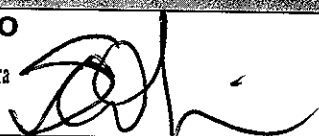

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	O Direito Como Ciência. Sociedade e Direito. As Principais Disciplinas do Direito. As grandes divisões do direito. Direito Natural e Direito Positivo. Direito Público e Privado. Os principais ramos do direito. Organograma do Poder Judiciário. Principais Órgãos Essenciais à Justiça. Normas de Conduta Social. A Norma Jurídica.	15	05	20
II	Direito Objetivo e Subjetivo. As Fontes do Direito. Hierarquia e constitucionalidade das leis. Apresentação Material da Lei. Início e cessação da vigência da lei. Lacunas no Direito. Integração das	10	10	20

	Leis.			
III	A Relação Jurídica. Aspectos principais do Direito Alternativo. Aspectos jurídicos de períodos ditatoriais: Nazismo e Comunismo. Aspectos Gerais sobre a Ditadura no Brasil e a Lei de Anistia. Leitura do Livro "O Caso dos Denunciante Invejoso".	10	10	20
TOTAL		35	25	60

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Exposições dialogadas	Quadro branco	Provas individuais (subjetivas e/ou objetivas, incluído nesta última a possibilidade do sistema de uma alternativa errada anula uma correta)
Atividades individuais e em grupo	Retroprojektor	
Visita técnica	Projektor multimídia	Trabalhos temáticos grupais (Seminários)
Seminários	TV e Vídeo	
Pesquisa de campo (elaboração de artigos)	Textos	
	Internet	Relatórios (visita técnica)
		Artigo científico
		Avaliação Oral

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito . 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução ao estudo do Direito . 44. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito . 25. ed. São Paulo: 2014.
Bibliografia Complementar:
VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito . 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
DIMOULIS, DIMITRI. O Caso dos Denunciante Invejoso . 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2010.

APROVAÇÃO	
DEPARTAMENTO	
09/ Abril / 2014 DATA	Profª Drª Ludimilla Carvalho S. de Oliveira Chefe DACS/UFERSA Portaria 0174/2013-UFERSA/GAB SIAPE: 1781560  ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO.
CONSEPE	
5ª R.O. 14/ 05 / 2014 Nº DA REUNIÃO DATA	 Anara Luana Nunes Gome Secretária dos Órgãos Colegiados Port. UFERSA/GAB Nº 0422/2014 ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.
MOSSORÓ-RN, 14 de maio de 2014.	